

XXIX CONGRESSO ALAS
SANTIAGO DO CHILE 2013
30 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO
CRISE E EMERGÊNCIAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Campo socioambiental de poder: tensões políticas e epistêmicas relativas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco, Brasil

Grupo de Trabajo N°33 - Sociologia do Desenvolvimento

João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima

1- Introdução

O fenômeno socioambiental do grande projeto de integração do Rio São Francisco é analisado sociologicamente como um "*Campo socioambiental de poder*" constitutivo de múltiplas realidades que perpassam a concepção e realização Projeto de Integração do Rio São Francisco (PIRSF), no Nordeste brasileiro. O campo socioambiental de poder do grande projeto de integração se reporta às lógicas de estruturação dos conflitos, dos consensos, das tensões políticas e epistêmicas que permeiam uma rica e difusa discursividade pública sobre a extensão e profundidade de um grande projeto dessa complexidade.

Do ponto de vista sociológico mais genérico a pesquisa, e o presente papper, promove a convergência de robustas abordagens como as perspectivas da sociologia econômica de Gert Spargareen (2006) e Mark Granovetter (1985), da sociologia do desenvolvimento de Amartya Sen (2000) e Ignacy Sachs(2007) e da sociologia ambiental de John Hannigan (1995), uma vez que articulam as dimensões dos cenários, mecanismos e dinâmicas coletivas de ação de grupos movidos por seus interesses e estratégias coletivas de ação diferenciadas e difusas geradoras de efeitos sobre as realidades imbricadas constitutivas do campo socioambiental.

De um ponto de vista sociológico mais pontual, o PIRSF é interpretado a partir de dois níveis teóricos tratados aqui como complementares. Baseados em Bourdieu (2000) exploramos o conceito de *campo* para abstratamente dar contornos aos atores coletivos que compõe o cenário socioambiental de disputas que perpassam o projeto de Integração do Rio São Francisco. O PIRSF conforma um campo porque atores coletivos (governos; ONG's, igrejas; associações empresarias e comerciais; sindicatos de trabalhadores; movimentos sociais diversos) produzem conflitos e convergências, segundo uma hierarquia, grupos com interesses e estratégias de ação diferenciadas no campo. Ainda exploramos o construcionismo de Hannigan (1995) para sinalizar os processos de construção social de um conjunto de problemáticas que permeia a construção do projeto e que relaciona elementos discursivos relativos aos valores da sustentabilidade, do desenvolvimento (sustentável e/ou humano), ou de um economicismo redutor.

Em outro nível analítico, utilizamos a teoria das subjetividades coletivas de Domingues (2004) para entender a dimensão da racionalidade da ação dos indivíduos e grupos coletivos. O mote analítico busca capturar e decodificar a lógica dos interesses e das ações dos atores coletivos propriamente implicados nas disputas: Identidades, centros

decisórios, níveis de centramento e de intencionalidade. Tentar-se-ia produzir uma tipologia a partir da teoria da **Subjetividade Coletiva**. De forma complementar, pretende-se perscrutar os diversos *regimes morais* usados pelos diversos grupos que interagem no campo socioambiental nos termos burilados por Boltanski (2000).

Ao redor da concepção e implantação do **Projeto de Integração do Rio São Francisco** e das intensas discussões sobre as possibilidades de viabilização do atendimento à demanda por água no Nordeste Setentrional, são identificados diversos atores coletivos que vocalizam pontos de vistas diversos conformando um conjunto controverso de argumentos. Dos representantes da Igreja, passando por grupos ambientalistas e de associações de moradores e de pequenos produtores rurais, representantes das diversas elites políticas (nos diversos níveis de poder seja dos municípios, governos estaduais e governo federal), entidades científicas e cientistas independentes, enfim, verifica-se a formação de um fluxo argumentativo amplo.

O primeiro e mais importante Estudo de Impactos Ambientais (EIA), que por sua vez, gerou um Relatório de Impactos Ambientais (RIMA's) do projeto de integração do Rio São Francisco, contratado pelo Ministério da Integração Nacional do governo brasileiro, buscava avaliar a disponibilidade e a demanda por água no Nordeste Setentrional, considerando a área mais efetivamente beneficiada, a viabilidade técnico-econômica, as alternativas ao projeto de engenharia para definir a melhor opção de traçado, o planejamento das obras e seus custos, e a sua viabilidade econômica. Sucintamente o relatório indicava:

(1) O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento de infra-estrutura hídrica. Dois sistemas independentes, denominados EIXO NORTE e EIXO LESTE, captarão água no rio São Francisco entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, no Estado de Pernambuco. Compostos de canais, estações de bombeamento de água, pequenos reservatórios e usinas hidrelétricas para auto-suprimento, esses sistemas atenderão às necessidades de abastecimento de municípios do Semi-Árido, do Agreste Pernambucano e da Região Metropolitana de Fortaleza.

(2) Para beneficiar a região mais seca do País, a captação de água do Rio São Francisco será de cerca de 3,5% da sua vazão disponível, isto é, dos 1.850 m³/s de água do rio São Francisco, 63,5 m³/s serão retirados. Desse volume, 42,4 m³/s serão destinados às bacias do Jaguaribe, Apodi, Piranhas-Açu e Paraíba, e 21,1 m³/s, ao Estado de Pernambuco, que compartilha a bacia do São Francisco.

(3) As bacias hidrográficas beneficiadas são as do rio Jaguaribe, no Ceará; do rio Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte; do rio Apodi, no Rio Grande do Norte; do rio Paraíba, na Paraíba; dos rios Moxotó, Terra Nova e Brígida, em Pernambuco, na bacia do rio São Francisco.

(4) A região do Projeto encontra-se na área do Polígono das Secas, sendo que o Nordeste Setentrional (parte do Semi-Árido ao norte do rio São Francisco) é a área que mais sofre os efeitos de secas prolongadas, abrangendo parcialmente os Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O empreendimento viabilizará o fornecimento de água para vários fins (abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, criação de peixes e de camarão), numa área que, atualmente, possui cerca de 12 milhões de habitantes.

(5) O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento do Governo Federal, sob responsabilidade do

Ministério da Integração Nacional, destinado à busca de solução para os graves problemas acarretados pela escassez de água na região, que inviabilizam a sobrevivência em condições dignas dessas populações, gerando situações de pobreza e miséria.

(6) O objetivo principal do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é assegurar a oferta de água para uma população e uma região que sofrem com a escassez e a irregularidade das chuvas. As ações emergenciais não atingem os pontos centrais do problema: a pouca disponibilidade e a má distribuição de água na região. Sem água, essa região estará fadada ao subdesenvolvimento, e a um grande número de brasileiros restarão poucas alternativas de desenvolvimento social e econômico.

Importante ressaltar que, em junho de 2013, 5% das obras já estavam concluídas e dois pequenos trechos de canais já operavam. Sabe-se que o antes e depois da obra pode ser um fator decisivo na avaliação/contabilização dos efeitos do projeto de integração. Contudo, o presente paper não se debruçou sobre conteúdos coletados em pesquisa de campo sobre os benefícios efetivos entre as pessoas que já são servidas pelo projeto de integração, mas realiza um esforço teórico de prospecção que leve à construção do modelo mais apropriado de análise do que se designa aqui de *campo socioambiental de poder*.

2. Sobre uma sociologia das grandes obras: convergências

Os estudos sociológicos sobre os efeitos dos grandes empreendimentos sobre as populações e comunidades tem se centrado sobre os eventos ligados a geração de hidreletricidade¹. Notadamente se explorou o modo de vida das comunidades antes e depois da construção e operação de um grande empreendimento. Assim, Sigaud (1992) estudou os impactos da construção da Barragem de Sobradinho que afetou toda a vida camponesa da região do Vale do rio São Francisco, construída entre 1973 e 1978 pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), para gerar 1.050 MW e a regularizar o curso do rio. O evento inviabilizou a reprodução de condições sociais de produção pelas particularidades políticas, societárias e jurídicas que sustentavam o intercâmbio em função das relações particulares que os camponeses mantinham com o território. Uma sucessão de eventos compõe um cenário mapeado: o deslocamento compulsório, a reinserção no território e a retomada do processo produtivo.

A autora levantou evidências indicativas de que os camponeses não avaliavam o significado da construção de Sobradinho, nem as implicações do enchimento do reservatório sobre seu modo de vida tradicional. Não dispendo de parâmetros que lhes permitissem dimensionar a intensidade das transformações que aquele acontecimento - o avanço das águas - produziria sobre suas vidas, tenderam a interpretar os fatos a partir de suas formas tradicionais de percepção do mundo social, duvidando até mesmo do enchimento definitivo do lago.

Prates (2011) analisou as consequências da construção da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca (UHDF) no Rio Grande do Sul sobre as comunidades dez anos após o reassentamento, tomando o evento como constituído por um imbricado de outros eventos econômicos e políticos de grande complexidade em contextos discursivos ambientais em níveis de barganha global, nacional e local. Este grande empreendimento é parte de um arranjo complexo que envolve grandes atores institucionais interessados: bancos

¹ Vide Sigaud (1992), Prates (2011), dentre outros.

internacionais de desenvolvimento, conglomerados econômicos, governos (federal, estadual e municipal), entidades diversas da sociedade civil, etc. Sob o apelo da produção de energia renovável e de baixo custo, a construção de hidrelétricas no Brasil tornou-se a alternativa preferida para os grandes conglomerados e fundos de investimentos no tocante ao mercado de energia. Um grande empreendimento hidrelétrico como este invariavelmente é posto à prova dos argumentos e motivos ligados à noção de sustentabilidade. A autora centrou sua análise *(i)* nos estudos de impactos ambientais e seus relatórios que, do ponto de vista legal e do financiamento, legitimaram o empreendimento e; *(ii)* com os efeitos do empreendimento sobre as 440 famílias distribuídas por seis municípios que tiveram suas terras alagadas e, por força de lei, foram reassentados compulsoriamente em outras localidades².

As distâncias temporais entre os estudos de Pigaud e Prates mostram a importância e consideração das dimensões da sustentabilidade e dos mecanismos democráticos relativamente às etapas que levam da concepção à construção de uma grande obra. Isto fez que os estudos de avaliação de impactos (e seus respectivos relatórios) passassem a ser vistos não somente como um documento técnico (porque apresenta diversos profissionais e suas ferramentas analíticas perscrutando as realidades biofísica e humana), mas com suas injunções políticas (porque retém consigo sugestões de natureza política, dentre elas uma minimização das demandas da população)³.

Prates e Lima (2011) discutiram como os indivíduos afetados diretamente com o realocamento compulsório refletem o evento dez anos após sua ocorrência. A nova realidade dos reassentados não é inferior ao modo de vida pretérito, mas reflete um arranjo deficiente dos interesses de grandes atores em um processo controverso de legitimação diante de consumidores, governos e sociedade civil. Os indivíduos reassentados estão resignados e sempre tentando recomeçar, mas há pouco mais que isso em termos de projeção de um futuro⁴.

No estudo sobre as consequências (premeditadas e impremeditadas) do empreendimento do PIRSF, são combinados elementos da teoria do desenvolvimento de Amartya Sen (2000), porque os indicadores do IDH são evocados a todos os momentos para justificar o grande empreendimento, mais os questionamentos analíticos-normativos de Sachs (2007), porque também a variável ambiental aparece recortada ou mais proeminente em alguns discursos de grupos interessados. Também são feitas referências a teoria de Hannigan (1995), na descrição dos processos e mecanismos que denotam a construção social do problema ambiental, incluindo a sensibilização, problematização e níveis de articulação dos atores no entendimento público do problema ambiental e Spargareen (2006) que teoriza e problematiza a relação entre empreendimentos econômicos, inovação tecnológica (porque o projeto de integração se constitui em uma grande obra de engenharia) e arranjos institucionais complementares à consecução de grandes projetos. Todos esses

² Os estudos tem mostrado um predomínio do cálculo instrumental que considera mais a eficiência e viabilidade econômicas sobre o entendimento dos desdobramentos do evento econômico-técnico sobre as populações e suas histórias de vida. As comunidades tem relato em gradações variadas cenários de incerteza sobre o futuro.

³ Menor interesse em conhecer a dimensão humana aqui é indicativa de menor interesse político em tratar a questão nesse nível. O que não é observado não ganha status de necessidade objetiva.

⁴ Pelo país à fora é possível reunir dados que apontam para singularidades e generalizações no tocante às consequências premeditadas e impremeditadas produzidas por grandes empreendimentos como a construção de grandes hidrelétricas.

autores discutem, cada um a seu modo, o fenômeno político da democracia e de suas instituições como variável constitutiva dos grandes projetos de desenvolvimento. Em alguma medida Ulrich Beck (1992) aparece principalmente na sua crítica de certo retardo da esfera democrática (frise-se, instituições) para problematizar as questões ambientais e mesmo se antecipar aos grandes problemas.

De fato, o projeto de integração não é visto pelos diversos atores coletivos como um problema homogeneamente e essencialmente ambiental. Outros atores coletivos (como entidades representativas de engenheiros) abordam o problema na perspectiva econômica. Ocorre mesmo um impasse entre desenvolvimento ambiental e humano (ou socioambiental) entre grupos díspares.

O debate público sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco alterna elementos próprios aos motivos interdisciplinares em razão dos diversos tipos de conhecimento que fundamentam pontos de vista normativos seja aqueles de pretensão científica ou de natureza política estritamente. Mesmo as organizações políticas utilizam argumentos de pretensões científicas para intervir nos debates sobre a natureza e alcance do projeto. Nossa pesquisa pretende apreender os tipos de conhecimento diversos, suas categorias de análise, variáveis explicativas e suas conexões epistêmicas e políticas relativamente ao objeto que são os impactos dos grandes empreendimentos sobre as populações locais; de como estes conjuntos de conhecimento categorizam a dimensão humana. Assim, em certo nível de análise tenta-se compreender os valores e interesses que norteiam os agentes formadores de opinião, tomadores de decisão e opinião pública em geral, bem como os responsáveis (as empresas de consultoria) por realizar esses estudos. Aqui se trata de elucidar as conexões entre os motivos governamentais e suas bases científicas que buscam legitimar o projeto. Estar-se falando da dimensão da racionalidade dos atores nesse plano de concepção e operação de um grande projeto governamental. De outro lado, perscruta-se como as comunidades epistêmicas (científicas) avaliam os pacotes científicos empregados e suas conexões com os programas de desenvolvimento governamental.

Há uma crítica de fundo referente ao enquadramento teórico mais adequado a um evento socioambiental com tamanha complexidade: postulamos que as dinâmicas constitutivas do crescimento econômico e do desenvolvimento humano não harmonizam com os preceitos da tradição econômica ortodoxa racionalista, na qual o indivíduo atua apenas visando à maximização dos lucros, em um entendimento do conjunto da vida circunscrito aos motivos e interesses postos no plano individual, desconectado do jugo das determinações da estrutura social em que está inserido. Em contraposição ao purismo neoclássico, uma sociologia econômica atenta à importância da dimensão da subjetividade e da dimensão da componente do indivíduo da ação, articula e agrega uma gama de fatores (sociais, naturais, econômicos). Bourdieu (2000) e Granovetter (1985) convergem suas teorizações para o entendimento de que as esferas econômica e social são interdependentes, de que ambas coadunam a força da estrutura social com a ação dos indivíduos, que, por sua vez, não são puramente racionais, movidos pelos ganhos econômicos, mas da identificação e mapeamento de outros fatores motivacionais, como a busca dos resultados motivados por laços afetivos, ou pelo *status* da recompensa, ou pela força da tradição.

As idéias de Sachs (2007) são um antídoto ao reducionismo economicista. Por outro lado, a noção de ecodesenvolvimento que explana um crescimento econômico, com manejo responsável dos recursos naturais, além da consecução da justiça social e bem-estar social. Sachs postula que a esfera social seja o núcleo direcionador a lidar com a dimensão

ecológica a informar das restrições para o agir econômico, entendido como fundamentalmente instrumental. A idéia-chave para ter acesso ao desenvolvimento é a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e de consumo. Sachs atenta que: "A articulação dos espaços de desenvolvimento do nível local aos níveis regional, nacional e transnacional, constitui um campo privilegiado da política". (Sachs, 2007) A PNMA é um exemplo de tentativa de interligar problemas sociais e ambientais referentes às comunidades que recebem um empreendimento, através de mecanismos de participação pública — como as audiências com os técnicos para informar os moradores dos impactos e benefícios do empreendimento — para fomentar ações que possam atenuar as consequências negativas, utilizando o maior número de informações sobre a vida das pessoas, sua base econômica, de sociabilidade.

O conceito desenvolvimento sustentável (DS) expressa uma equação complexa da organização da vida, como categoria que denota um novo modelo de inserção dos homens no mundo natural com o fim de sua reprodução material. E é uma medida com grande impacto no jogo das identidades e representações das realidades (natural e humana) e das novas condições que orientam as ações dos agentes sociais em relação a essas realidades. Os homens motivados a pensar as políticas que permite a construção de uma sociedade sustentável, entendem que esperam por um novo mundo e que este projeto é urgente.

Todavia, os caminhos que levam a sustentabilidade são penosos, e alguns indicadores mostram os graus de dificuldade para a realização do esforço a ser empreendido. Há uma diversidade de tipos humanos com suas teorias especiais da ordem do mundo, da vida e da natureza, muitas vezes incompatíveis, colocados diante da exigência de um certo nível de contato entre os atores. O início do esforço dialógico está na crítica da lógica da ação econômica que, no fazer e no modo de fazer, denuncia o que se é em um sentido não estritamente econômico, e que permite uma aproximação do projeto de um mundo novo. Assim, a operação de mecanismos de organização econômica que predam os recursos naturais, ultrapassam a capacidade e o tempo de funcionamento da realidade biofísica, no intuito de realizar a função econômica, que é intrínseca à vida humana.

Os homens modernos e suas mentalidades olharam a natureza e viram-na como algo diferente de si próprios. *Isto* serviu para tornar viável um curso de ação segundo uma estrutura de sentimentos dirigida à natureza tomada como outra coisa, separada. O campo de seus poderes tinha à mostra amplas técnicas de intervenção. Aquela natureza — respondeu ao chamamento e deu-lhes produtividade. Os sentimentos iniciais que subsidiaram as ações foram, dessa maneira, reforçados. Agora, num tempo presente, a natureza como suporte da vida, mostra-se como ente-obstáculo à produção futura da realidade dos sonhos humanos. Há uma paisagem real de uma natureza-objeto que não pode suportar as práticas que exaurem suas reservas e processos gerativos. O difícil mundo dos acordos humanos se atualizara no formato dos desarranjos sociais e econômicos — pobreza, êxodo rural, crescimento descontrolado das metrópoles, proletarização, etc.

Os desafios são enormes quanto ao esforço de harmonização dos princípios da ação econômica, da diversidade cultural, das formações políticas e do delicado tema dos limites do mundo biofísico. No entendimento de alguns, uma teoria do desenvolvimento sustentável encontra-se ainda num estágio precário, permeado por grandes pretensões, mas com pouca força analítica. Para Brüseke (1997), o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta um grau de convergência e consenso, menos pela força analítica que reúne e mais pela ausência de marcos teóricos suficientes. Há uma grande lacuna que abriga a todos num movimento cujas aspirações são simpaticíssimas, mas ainda incipiente.

As barreiras que se opõem à instalação de práticas sustentáveis estão em boa medida em uma racionalidade econômica convencional firmada no princípio de que nos interesses e nas ações individuais se obtêm ganhos máximos para o conjunto. O modelo neoclássico da economia, baseado no crescimento infinito e sem limitações ecológicas, criou nos cidadãos comuns expectativas impossíveis quanto ao consumo. Segundo Biswanger (1997), na teoria econômica dominante, o produto nacional de uma sociedade é o resultado da combinação trabalho e capital. A natureza e os serviços naturais são negligenciados como fatores essenciais para a produção porque, a despeito da certeza de que qualquer produto advém da matéria da natureza, no processo do consumo, o valor de uso dos bens é consumido e destruído. Todo o resíduo de matéria não consumido retorna à natureza como lixo e emissões. Em boa medida, esse tratamento teórico que toma a natureza como custo zero, pode ser atribuído ao modelo da economia pré-industrial, baseada no uso de recursos renováveis, numa escala sem maiores prejuízos para o meio ambiente. O lixo daquele tempo podia ser renovado pelos fluxos circulares da ecologia e convertido em novos recursos produtivos. É dessa realidade que se retirou o dito popular de que a natureza "trabalha de graça", porque cabe a ela a responsabilidade pela velocidade e pelos ciclos de regeneração.

A escala de produção, o consumo e a motivação da "maximização dos lucros" não dão tempo aos processos biofísicos, e o uso de uma racionalidade sustentável pretende redefinir os meios físicos, criticando a máxima de que o valor das coisas da natureza coincida com a realidade dos preços. O que a natureza é não pode caber nesse jogo de correspondências. As exigências cada vez maiores de capital natural causam desequilíbrios no meio ambiente, e para este dado os preços de mercado não apreendem estas perturbações, postas de lado no cálculo econômico.

Para Cavalcanti (1997) é oportuno que o Estado lidere o mercado em lugar de segui-lo, como atualmente, propondo ações de gerenciamento racional da natureza. O Estado parece ser o agente apto para impor medidas atenuadoras - através dos instrumentos disponíveis, do direito e do dinheiro. Por outro lado, a discussão ecológica parece demonstrar o fato de que o arranjo institucional do Estado nacional-territorial não está à altura das necessidades mundiais. A camada de ozônio "importa-se" pouco com as fronteiras que existem somente no imaginário humano. Como diz Brüseke, "os problemas ecológicos são maiores que o Estado territorial".

Os defensores do desenvolvimento sustentável deparam-se com o desafio de um desenvolvimento atento às metas de eliminação da pobreza e de desconcentração da renda. E, para complicar esta equação, são conhecidos os fatores globais do crescimento sem empregos, incrementando as desigualdades e misérias. Esse dado da realidade contrasta com as noções de desenvolvimento e progresso que, para além das pretensões de uma visão objetiva da realidade, mostram-se como ideologia capaz de agressões simbólicas e justificadoras de uma ordem de realidade excludente, em um formato do agir histórico preconizado, entre os "virtuosos" e "não virtuosos", independente da estrutura de oportunidades disponibilizada ao conjunto.

3. Atores coletivos em interação no campo

O esforço analítico deve focar na composição de um tipologia das instituições (governamentais e da sociedade civil) que atuam em uma realidade complexa que designamos de "campo socioambiental de poder" que abstratamente se reportam as

postulações e disputas sobre a natureza e consequências (premeditadas e impremeditadas) do grande projeto de transposição do rio São Francisco. Estas instituições dão contornos aos atores coletivos mais relevantes em disputa pública sobre os rumos legítimos que o projeto de integração deve tomar.

Relativamente aos atores coletivos, o esforço analítico realiza-se na captura dos valores e interesses que orientam as práticas destes atores para compreender qual a racionalidade implicada nos diferentes atores. Invariavelmente, a análise tenta compreender como são elaboradas as conexões entre as categorias biofísicas e antrópicas, de um ponto de vista epistemológico e operacional, no tocante a interdisciplinariedade e sustentabilidade.

Não se pode ignorar a dimensão reflexiva da própria pesquisa que está em andamento, isto é, simultaneamente aos resultados de pesquisa, e da sua parcial divulgação pelos canais competentes científicos e não científicos, ocorre um *debate público* (local, regional e nacional) fomentado pelos resultados de pesquisa sobre os caminhos para o desenvolvimento econômico sustentável e socialmente justo no contexto do PIRSF. Isto gera uma ampliação do debate público científico e extra-científico que pode repercutir na instrumentalização de melhores políticas públicas, projetos e programas que visem o desenvolvimento local, regional e nacional.

4. Conclusão

A realidade socioambiental de grandes projetos como o PIRSF constitui-se em um desafio teórico de grande fôlego. A presente pesquisa, ainda em andamento, explora dois níveis analíticos abstratamente trabalhados a partir dos documentos públicos que materializam os pontos de vista de diversos atores coletivos. Baseados em Bourdieu (2000) e Hannigan (1995) busca-se compreender uma lógica de funcionamento do campo socioambiental de poder, do funcionamento dos mecanismos de hierarquização, da estruturação das condições dialógicas e de produção de divergências e de consenso, bem como da identificação dos principais atores coletivos que compõe o cenário socioambiental de disputas do projeto de Integração do Rio São Francisco. A teoria das subjetividades coletivas de Domingues (2004), em outro nível, servirá ao intento de entender a dimensão da racionalidade da ação dos indivíduos e grupos coletivos. O mote analítico centra-se na captura e decodificação dos interesses e das ações dos atores coletivos propriamente implicados nas disputas: Identidades, centros decisórios, níveis de centramento e de intencionalidade.

6. Referências Bibliográficas

BECK, U. **Risk Society: Towards a New Modernity**. Londres: Sage, 1992.

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL Editora, 1989.

_____. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora, 1996.

BOURDIEU, Pierre. (1963), “La société traditionnelle: attitude à l’égard du temps et conduite économique”. *Sociologie du Travail*, 5 (1): 24-44.

_____. (1994), “Stratégies de reproduction et modes de domination”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 105: 3-12.

- _____. (1996), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus.
- _____. (2000), *Les structures sociales de l'économie*. Paris, Seuil.
- _____. (2003), "La fabrique de l'habitus économique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 150: 79-90.
- _____. (2005), "O campo econômico". *Política & Sociedade*, 6: 15-58 (tradução de "Le champ économique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119: 48-66, 1997).
- BRANDÃO, Carlos R. **Somos as Águas Puras**. Campinas: Editora Papirus, 1994.
- BRITO, Maria Cecília W. **Unidades de Conservação. Intenções e resultados**. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2000.
- BRÜSEKE, Franz. Pressão modernizante, Estado territorial e sustentabilidade. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. Recife: Editora Cortez, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.
- _____. **O Mundo Fragmentado. As encruzilhadas do labirinto III**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.
- DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e da Direita**. Editora UNESP.
- GIDDENS, A., BECK, U. e LASH, S. **Modernização Reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- GRANOVETTER, Mark. *Economic Action and Social Structure: The problem of Embeddedness*. *American Journal of Sociology*. Volume 91, Nov. 1985.
- _____. *Le marché autrement*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- _____. *O Problema da Imersão*. Fórum – Sociologia Econômica – Ação Econômica e Estrutura Social. RAE – Eletrônica – volume 6, número 1, Artigo 5, janeiro./junho. 2007. Disponível em: <http://www.fgvsp.br/institucional/biblioteca/pe/raeeletronica/SP000460366.pdf>
- _____. *The old and the new Economic Sociology: a history and an agenda*. In: FRIEDLAND, R. & ROBERTSON, A.F. (Eds). *Beyond the marketplace: rethinking economy and society*. New York: Aldine de Gruyter, 1990.
- _____. *Threshold models of collective behavior*. *American Journal of Sociology*, 1978.
- HANNIGAN, John A. **Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 1995.
- LEIS, Héctor R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E. J., LEIS, H. R., et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- MATURANA, Humberto. In: Thompson. W. I. (org.) **Gaia. Uma Teoria do Conhecimento**. S. Paulo. 2000.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Stória. Lisboa. 1990.
- NUSSBAUM, Martha C. **Los Limites del Patriotismo. Identidad, pertenencia y "ciudadanía mundial"**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1999.

- POSEY, D. A. **Os Kayapó e a natureza**. Ciência Hoje, 1984.
- PRATES, Dellagnese Camila. **Impactos socioambientais da Usina Hidrelétrica Dona Francisca**. Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, 2011.
- PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das Certezas**. S. Paulo. UNESP. 1996.
- RANDAL, A. **Resource economics: an economic approach to natural resource and environmental policy**. New York: John Wiley & Sons, 1987.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e Política no Mundo Contemporâneo**. Brasília: Editora UnB, 2000.
- _____. **Empresas Transnacionais. Um grande projeto por dentro**. São Paulo: Editora Marco Zero e ANPOCS, 1991.
- RICKLEFS, R.. **A Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1993.
- SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SPAARGAREN, Gert. **Governing Environmental Flows. Global Challenges to Social Theory**. MIT Press, 2006.
- _____. The ecological modernization of production and consumption. Essays in Environmental Sociology. Thesis Landbouw Universiteit Wageningen, 1997.
- SIGAUD, Lygia. *O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, 1992.
- NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (Compiladores). **La Calidad de Vida**. México. Fondo de Cultura Económica, 1996.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 - 1800)**. São Paulo: Companhia, 1988.